

# Brasil e a finança internacional

**PAUL SINGER**

Especial para o "Folha"

Finanças internacionais e aviação andam juntas em mais de um aspecto. Enquanto o Brasil tenta obter, até agora em vão, um novo "jumbo", ou seja, um empréstimo consorciado e consolidado de 6,5 bilhões de dólares, nossos ministros econômicos e o presidente do Banco Central vivem embarcando e desembarcando de aviões, na busca de adesões ao referido "jumbo" nos quatro cantos do mundo. Na torcida do "fecha ou não fecha", poucos têm assinalado que este novo empréstimo — se e quando sair — não fará mais do que aumentar a dívida externa brasileira, que constitui o laço com que banqueiros e FMI asfixiam nossa economia. Com o beneplácito e a colaboração ativa, para não dizer "suado esforço", de nosso governo.

E fantástico, mas verdadeiro. Estamos fazendo — isto é, o governo em nosso nome — o possível para apertar ainda mais o laço. Se não, vejamos. Em novembro passado, o FMI aprovou finalmente o programa econômico de nosso governo. Como prêmio, liberou 1,32 bilhão de dólares, emprestado ao Brasil e que vai direto ao BIS (Banco Internacional de Compensação), para o pagamento de um empréstimo-ponte já vencido. Também os banqueiros internacionais privados liberaram 1,8 bilhão de dólares, parcela retida do "jumbo" concedido ao Brasil em dezembro de 1982. Da mesma maneira, este dinheiro foi usado para pagar empréstimos de curto prazo anteriores, já vencidos. E do novo "jumbo", ainda pairando em plena incerteza, 2 bilhões de dólares deverão servir para pagar juros atrasados. Em poucas palavras, o Brasil anda que nem doido, tomando empréstimos para pagar empréstimos e juros de empréstimos. O que é a receita infalível de se enterrar cada vez mais.

Estamos empenhados neste suicídio financeiro há vários anos e os resultados não deixam lugar a dúvida. Nossa dívida de longo e médio prazo, oficialmente confessada, subiu de 61,4 bilhões de dólares em 1981 para 69,7 bilhões, em 1982, e para 73,6 bilhões, em março de 1983 (última data para a qual há uma cifra oficial). Na medida em que os banqueiros privados internacionais relutam em nos conceder novos créditos de médio e longo prazo, o nosso governo procura obter outros de curto prazo — empréstimo-ponte — para ganhar tempo. Convertemos assim dívidas de longo prazo em dívidas de curto prazo e estas em débitos em atraso. Quando obtemos o aval do FMI, giramos a ciranda ao contrário: transformamos débitos em atraso e dívidas vencidas de curto prazo em débitos de prazo longo. Enquanto a ciranda roda, a dívida cresce.

A dívida externa aumenta basicamente porque o país não tem divisas para pagar os juros, tentando a todo custo convertê-los em novas dívidas. Nesta altura nossos "jumbos" servem apenas para pagar juros sobre juros sobre juros... A taxa de juros "internacional", pela qual contratamos os empréstimos junto aos banqueiros privados, é a "prime rate" americana ou a Libor londrina. Ambas andam, desde o ano passado, entre 10 e 11% ao ano, com tendência a aumentar. Sobre esta taxa básica, o Brasil paga (?) um "spread" (acréscimo para compensar o risco corrido pelo banqueiro) de 2 a 3%, isso sem falar em comissões, taxas de serviço etc. A taxa de juros que o Brasil

pagaria, se tivesse divisas, sobre a dívida contraída junto aos banqueiros privados (ao que parece, mais de 70% da dívida externa total) é portanto da ordem de 12 a 14% ao ano. Sendo a inflação nos EUA de 2 a 3%, a taxa real de juros paga pelo Brasil é certamente não menor que 10%, que não está muito longe da que cobram agiotas.

Como não há informações seguras sobre o montante da nossa dívida a curto prazo — inclusive sobre os débitos em atraso, sobre os quais também correm juros — não se sabe exatamente o total de juros que o Brasil passa a dever a cada ano, mas estima-se que esteja entre 10 e 13 bilhões de dólares. Com todo sacrifício feito, em 1983, o Brasil só pagou efetivamente 2 bilhões de dólares daquele total — o resto foi engordar a dívida. Como a tendência da taxa de juros "internacional" (de fato dos Estados Unidos) é de subir e o principal deve ter crescido pelo menos uns 10% do ano passado para este, o montante de juros que o Brasil "teria" que pagar em 1984 será maior que em 1983. Se os objetivos do governo brasileiro para este ano forem atingidos, 9 bilhões de saldo na balança comercial, menos 4 bilhões na balança de serviços reais, permitirão pagar de fato algo como 5 bilhões de dólares dos presumíveis 11 a 14 bilhões que o Brasil estará devendo. Logo, a dívida externa continuará crescendo, por mais jumbos que os nossos ministros tomem e por mais "jumbos" que solicitem.

Junto com o Brasil, há mais uns 40 países envolvidos na ciranda financeira internacional. Na semana passada, em Quito, os países latino-americanos se reuniram para tentar acertar uma estratégia comum face ao estrangulamento financeiro a que estão submetidos. Venezuela, Equador e agora a Argentina, com Presidente eleito, fizeram propostas válidas de rompimento com este processo de endividamento cumulativo. Mas os representantes dos governos do Brasil e do México se opuseram. Seria muito interessante saber porque.

**PAUL SINGER** é economista, professor da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Autor, entre outros livros, de "A Crise do Milagre" e "Economia Política da Urbanização".